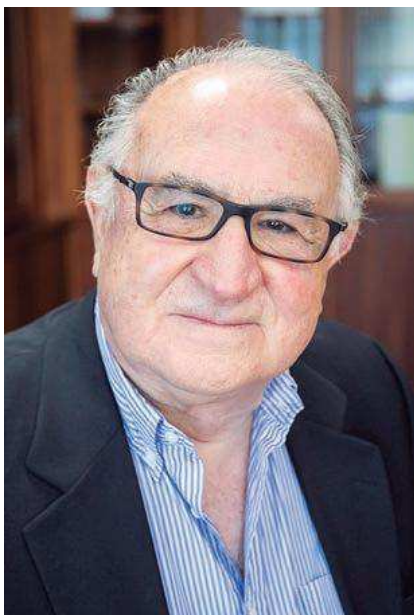


| A BANCA E A REVITALIZAÇÃO DA ECONOMIA



Fernando Faria de Oliveira
Presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB)

Ciente da gravidade dos impactos da crise pandémica, o setor bancário tem estado, desde o primeiro momento, na linha da frente do apoio às empresas em dificuldades, procurando mitigar esses impactos e contribuir para a preservação da capacidade produtiva do tecido empresarial nacional.

Vítimas da recessão provocada pela crise da dívida soberana, os bancos tiveram de realizar um profundo trabalho de recuperação e fortalecimento, encontrando-se melhor preparados e mais resilientes, em especial ao nível da liquidez e da solvabilidade, o que lhes tem permitido assumir um papel absolutamente crítico no apoio às necessidades de financiamento e de liquidez da economia, constituindo-se como parte determinante da solução.

É inquestionável a importância do apoio concedido pelo setor bancário na primeira fase de resposta à crise, quer através de financiamento, com ou sem garantia pública, quer, muito em especial, através da concessão de moratórias, que assumiram uma expressão muito significativa, com o montante total de crédito sob moratória a representar cerca de 22% do PIB (1/3 do crédito às empresas está sob moratória) um dos valores mais elevados da União Europeia, cerca de quatro vezes superior à média europeia.

A elevada importância assumida pelas moratórias (que não têm garantia do Estado) em Portugal, no contexto de resposta à crise, tem vindo, aliás, a ser assinalada por agências de *rating* e outros intervenientes de mercado, como um de-

ASSIM, PARA EVITAR UM EFEITO PRECIPÍCIO, SÃO NECESSÁRIAS MEDIDAS QUE PERMITAM APOIAR A ESTABILIZAÇÃO E REFORÇO DA AUTONOMIA FINANCEIRA DE EMPRESAS VIÁVEIS QUE ESTEJAM EXCESSIVAMENTE DEPENDENTES DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO OU QUE, FINDOS OS APOIOS TEMPORÁRIOS DE EMERGÊNCIA E DE ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA, CONTINUARÃO A TER DIFICULDADES EM CUMPRIR O SERVIÇO DA DÍVIDA. ESSA RECAPITALIZAÇÃO E RECAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS PODE FAZER-SE COM RECURSO A VÁRIAS SOLUÇÕES



safio acrescido para o sistema bancário português e para a economia portuguesa em geral, em especial se o seu *phasing-out* não for ordenado. Assim, para evitar um efeito precipício, são necessárias medidas que permitam apoiar a estabilização e reforço da autonomia financeira de empresas viáveis que estejam excessivamente dependentes de financiamento bancário ou que, findos os apoios temporários de emergência e de estabilização da economia, continuarão a ter dificuldades em cumprir o serviço da dívida. Essa recapitalização e recapacitação das empresas pode fazer-se com recurso a várias soluções: capitalização direta, instrumentos híbridos de quase-capital, incluindo obrigações convertíveis ou dívida subordinada, com o Estado a assumir um papel central nestes apoios, ao abrigo da flexibilidade admitida pelo quadro temporário de Auxílios de Estado, definido pela Comissão Europeia, e fazendo uso dos fundos europeus.

Do lado dos bancos, embora o quadro regulatório que impende sobre o setor preveja regras apertadas para o tratamento de processos de reestruturação de créditos, o que condiciona fortemente a sua capacidade de participação nalgumas destas medidas, o empenho em participar neste esforço essencial é total. Os interesses das empresas e da banca são absolutamente confluentes, pois, ao preservar a capacidade produtiva da economia nacional, os bancos também beneficiam, quer evitando perdas, quer mantendo clientes que procuram o seu apoio. Importa, sobremaneira, e ao mesmo tempo, reforçar a capacidade produtiva nacional e garantir a manutenção de um sistema bancário robusto e resiliente, fator que será absolutamente

determinante para enfrentarmos os tempos difíceis que ainda temos pela frente e para o esforço de retoma e revitalização da economia portuguesa que a todos convoca e, na qual, os bancos terão que continuar a desempenhar um papel de relevo.

Os bancos, através da APB, têm vindo a colaborar ativamente com o Governo nas medidas para a recuperação e revitalização da economia. O Plano de Recuperação e Resiliência, em discussão pública, consagra ao desenvolvimento produtivo e ao setor empresarial bastante menos meios do que se reportam a necessidades do Estado e a aplicações não reprodutivas. Estas implicarão sempre despesa adicional, ou seja, esforço do contribuinte, menor rendimento dos cidadãos. Ora, o nosso país enfrenta, há muito, dificuldades para produzir níveis de riqueza que permitam corresponder às expectativas dos portugueses, o que dificulta uma mais justa distribuição. Não deveria ser a criação de riqueza, com uma estrutura produtiva para os novos tempos, a nossa primeira prioridade? Vale a pena pensar nisto.

O sistema bancário português vem sendo, há muitos anos, um motor vital do crescimento económico. A nossa banca prestou serviços fundamentais ao desenvolvimento do país e continuará a fazê-lo. Com a ambição de ir mais longe no apoio a um Portugal próspero.

Uma Sociedade Civil forte, um Estado forte e uma Banca forte são essenciais para prosseguir a rota do desenvolvimento. ■

O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA, EM DISCUSSÃO PÚBLICA, CONSAGRA AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AO SETOR EMPRESARIAL BASTANTE MENOS MEIOS DO QUE SE REPORTAM A NECESSIDADES DO ESTADO E A APLICAÇÕES NÃO REPRODUTIVAS. ESTAS IMPLICARÃO SEMPRE DESPESA ADICIONAL, OU SEJA, ESFORÇO DO CONTRIBUINTE, MENOR RENDIMENTO DOS CIDADÃOS. ORA, O NOSSO PAÍS ENFRENTA, HÁ MUITO, DIFICULDADES PARA PRODUZIR NÍVEIS DE RIQUEZA QUE PERMITAM CORRESPONDER ÀS EXPECTATIVAS DOS PORTUGUESES, O QUE DIFICULTA UMA MAIS JUSTA DISTRIBUIÇÃO. NÃO DEVERIA SER A CRIAÇÃO DE RIQUEZA, COM UMA ESTRUTURA PRODUTIVA PARA OS NOVOS TEMPOS, A NOSSA PRIMEIRA PRIORIDADE?